



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN

CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003 E-mail:

[camaramunicipal.smgostoso@gmail.com](mailto:camaramunicipal.smgostoso@gmail.com)

PROJETO DE LEI Nº 15/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN

Ementa:

Dispõe sobre a vedação à nomeação, para cargos em comissão e funções de confiança, de pessoas condenadas por crimes de feminicídio e violência contra a mulher, no âmbito do Município de São Miguel do Gostoso/RN, e dá outras providências.

Art. 1º

Fica vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Miguel do Gostoso/RN, para cargos em comissão e funções de confiança, de pessoas que tenham sido condenadas, com decisão judicial transitada em julgado, pelos seguintes crimes:

I – Feminicídio (art. 121, §2º, VI, do Código Penal);

II – Lesão corporal praticada contra a mulher em contexto de violência doméstica e familiar (art. 129, §9º e §13, do Código Penal);

III – Ameaça contra a mulher (art. 147 do Código Penal);

IV – Crimes contra a dignidade sexual, praticados contra a mulher (arts. 213 a 234 do Código Penal);

V – Crimes previstos na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)

Art. 2º

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

A vedação de que trata esta Lei se estende a todos os Poderes do Município, abrangendo o Executivo e o Legislativo, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3º

A restrição prevista nesta Lei terá validade enquanto perdurarem os efeitos da condenação, inclusive durante o cumprimento da pena, o período de livramento condicional e até a concessão da reabilitação penal do condenado.

Art. 4º

O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança que vier a ser condenado, por decisão transitada em julgado, nos crimes previstos nesta Lei, deverá ser exonerado de imediato.

Art. 5º

A comprovação de ausência de antecedentes relacionados aos crimes descritos nesta Lei será exigida no ato da posse, mediante apresentação de certidões criminais da Justiça Estadual, Federal e Eleitoral.

Art. 6º

O Poder Executivo e a Câmara Municipal regulamentarão esta Lei no que couber.


Art. 7º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer um marco de responsabilidade social e ética no âmbito da Administração Pública Municipal, vedando a nomeação de pessoas condenadas por crimes de feminicídio e violência contra a mulher para cargos em comissão e funções de confiança.



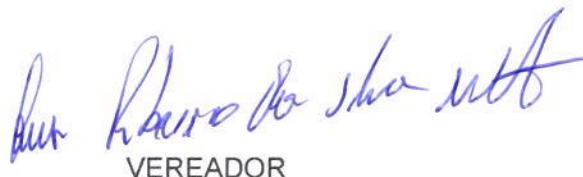
Vivemos em um contexto alarmante: o Brasil figura entre os países com maiores índices de violência contra a mulher. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), uma mulher é vítima de violência doméstica a cada dois minutos em nosso país, e a cada 6 horas uma mulher é vítima de feminicídio. Esses números não podem ser tratados com naturalidade.

No mês de Agosto Lilás, em que reforçamos a campanha nacional de enfrentamento à violência contra a mulher e celebramos os avanços da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), torna-se urgente que o Poder Público adote medidas efetivas para garantir que pessoas condenadas por agredir, violentar ou assassinar mulheres não tenham o privilégio de ocupar cargos de confiança, que devem ser espaços de exemplo, ética e responsabilidade social.

É inadmissível que homens condenados pela Justiça por crimes tão graves possam exercer funções que envolvem liderança, gestão de pessoas e representatividade institucional. Ao aprovarmos esta Lei, estaremos dizendo claramente: em São Miguel do Gostoso, não há espaço para quem comete violência contra mulheres.

Essa iniciativa também segue o princípio constitucional da moralidade administrativa (art. 37 da Constituição Federal), além de estar em sintonia com legislações semelhantes já aprovadas em outros municípios e estados do Brasil, que vêm buscando criar barreiras legais contra a cultura de impunidade.

Portanto, peço o apoio dos nobres colegas vereadores para aprovação deste Projeto de Lei, reafirmando o compromisso da nossa Câmara Municipal com a dignidade humana, a igualdade de gênero e a proteção integral das mulheres de nossa cidade.



VEREADOR

LUIS RIBEIRO DA SILVA NETO



X TIAGO UZEIRA PEIXOTO  
MARIA JOSELETE DA BÂNANA BRUZ  
EDUARDO COELHO VITAL  
JOSE MARIA BEZERRA DA SILVA  
EVANDRO DA SILVA MENÇA  
R. DEUS E GLÓRIAS DO SANTO  
ALBERTO CHACB B. DE SILVA  
JEAN RIBEIRO DA SILVA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

APROVADO

EM 16/09/25

Jean Ribeiro da Silva  
Vereador / Presidente  
CPF: 081.073.524-59





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003 E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

**Parecer  
do(a) Projeto de Lei 015/2025**

**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E  
JUSTIÇA**

*Parecer favorável ao projeto de Lei nº 015/2025, de 25 de agosto de 2025 que dispõe sobre "A vedação à nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Miguel do Gostoso/RN, para cargos em comissão e funções de confiança, de pessoas condenadas, com decisão transitada em julgado, por crimes de feminicídio, violência doméstica e outras formas de violência contra a mulher, e dá outras providências."*

**DATA:** 25/08/2025

**MATÉRIA:** Projeto de Lei nº 015/2025

**AUTOR DA MATÉRIA:** Poder legislativo

**EMENTA DA MATÉRIA:** Dispõe sobre a vedação à nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Miguel do Gostoso/RN, para cargos em comissão e funções de confiança, de pessoas condenadas, com decisão transitada em julgado, por crimes de feminicídio, violência doméstica e outras formas de violência contra a mulher, e dá outras providências."

**RELATOR:** Tiago Vieira Peixoto

**Relatório:**

Trata-se de Projeto de Lei nº 15/2025, de iniciativa parlamentar, de autoria do Vereador Luis Ribeiro da Silva Neto, que dispõe sobre a vedação à nomeação, para cargos em comissão e funções de confiança, de pessoas condenadas por crimes de feminicídio e violência contra a mulher, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São Miguel do Gostoso/RN.

O projeto prevê que a restrição se aplicará a todos os Poderes do Município, abrangendo Executivo, Legislativo, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo exigida a apresentação de certidões criminais no ato da posse. Determina, ainda, a exoneração imediata de servidores comissionados ou ocupantes de função de confiança que venham a ser condenados, com trânsito em julgado, por quaisquer dos crimes elencados na proposta legislativa.

**Análise Jurídica**

Nos termos do **art. 30, I, da Constituição Federal**, compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

R. Alto Mar, nº 143 - Centro - CEP: 59585000 - São Miguel do Gostoso/RN CNPJ: 01.641.583/0001-00 TEL: (84) 99478-4003 E-mail: camaramunicipal.smgostoso@gmail.com

A matéria insere-se dentro do espaço normativo municipal, por tratar de requisitos de nomeação para cargos comissionados no âmbito da Administração Pública local, em harmonia com o princípio da moralidade administrativa (art. 37, caput, CF).

A vedação prevista não ofende direitos fundamentais, uma vez que a restrição atinge apenas ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança, que possuem caráter discricionário e não estão submetidos ao regime de concurso público. Trata-se de medida que reforça a moralidade e a probidade administrativa, buscando assegurar que pessoas condenadas por crimes graves contra a mulher não ocupem funções de liderança ou representação institucional.

A iniciativa é parlamentar, o que não encontra óbice, pois não trata de matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo (art. 61, §1º, CF aplicado subsidiariamente). Ademais, a Lei Orgânica Municipal não prevê reserva de iniciativa para esse tipo de proposição.

Pelo Plenário.

### VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, considerando o parecer jurídico favorável, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 015/2025, recomendando seu encaminhamento para deliberação em plenário, respeitando o processo legislativo em seus ulteriores termos.

### ENCAMINHAMENTO DO PARECER

Diante do exposto, o relator conclui que há viabilidade jurídica à matéria em análise e encaminha aos demais membros da Comissão para discussão e deliberação.

#### É o voto.

Sala das Comissões Permanentes, em 10 de setembro de 2025.

*Alberto Charles B. da Silva*  
**Ver. Alberto Charles Belem da Silva**  
Presidente

☒ a favor, pelas conclusões do parecer

☐ contra, pelas conclusões do parecer

*José Maria Bezerra da Silva*  
**Ver. José Maria Bezerra da Silva**  
Vice-Presidente

☒ a favor, pelas conclusões do parecer

☐ contra, pelas conclusões do parecer

*Tiago Vieira Peixoto*  
**Ver. Tiago Vieira Peixoto**  
relator

☒ a favor, pelas conclusões do parecer

☐ contra, pelas conclusões do parecer

**RECEBIDO**